

II - A ESCOLA CAPITALISTA -

- A ALTERNATIVA ESTRATÉGICA DO M.E.S..

1. A escola é uma instituição fundamental da sociedade capitalista, parte integrante do Aparelho de Estado, que tem a função específica de reproduzir e qualificar a força do trabalho, de forma a responder, em cada momento, às nesidades dos patrões.

A sua origem confunde-se com a origem da própria burguesia - foi a extrema complexidade dos mecanismos empregues, as constantes mutações técnicas, a divisão de trabalho imposta com a Revolução Industrial - que fez surgir a escola, como instituição colocada fora do processo produtivo. Ao mesmo tempo que produz as hierarquias sociais capitalistas e prolonga a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual ela é um dos locais principais de veiculum ideológico das concepções burguesas do mundo.

2. Este carácter de classe dos aparelhos escolares, é sistematicamente escondido pela burguesia e pela ideologia reformista.

Por um lado ela tenta fazer crer que um maior ou menor acesso à escola é obra do maior progressismo e "bondade" dos Governos e das classes dominantes, o que é falso; esse alargamento sempre correu ao ritmo das próprias necessidades da exploração capitalista.

Por outro lado difunde a ideia que os aparelhos escolares são um longo caminho a percorrer desde a infantil à universidade, com um fim comum - a formatura e a CULTURA; o que também é falso; cada aparelho escolar tem um fim próprio que está intimamente ligado à divisão de trabalho capitalista e, portanto às necessidades do enquadramento, aos diversos níveis da exploração do trabalho operário. Assim, Portugal, existem 4 grandes aparelhos:

- . PRIMÁRIO - destinado a preparar a força de trabalho operário, assalariados rurais e campesinato pobre.
- . TÉCNICO - (escolas técnicas e institutos industriais) - operários especializados e quadros intermédios, futuros contra-mestres e capatazes nas fábricas e nas empresas.
- . LICEAL - forma a pequena burguesia dos serviços, bancários seguros,
- . SUPERIOR - (universidade e institutos superiores) ao mesmo tempo que reproduz os seus próprios funcionários forma os quadros superiores das empresas e do Aparelho de Estado..

3. Daí que a escola capitalista, não só pela selecção de classe que produz e pelos conteúdos que elabora, mas pela sua própria estrutura - reprodutora das hierarquias sociais e da divisão de trabalho capitalista (trabalho manual/trabalho intelectual) - é uma instituição integrante da repressão capitalista às classes pro

letárias.

E daí que em termos dos interesses últimos da classe operária - a construção do socialismo em ordem a uma sociedade sem classes - à escola capitalista só existe uma alternativa possível - a sua destruição, pela construção dessa sociedade onde o trabalho manual não mais esteja separado do trabalho de estudo, de investigação, de criação.

E essa tarefa, mais do que obra do grupo estudantil, é uma tarefa histórica da classe operária, na construção da sua libertação.

4. Mas se a destruição da divisão de trabalho capitalista não se faz no dia a seguir à ruptura revolucionária - exige uma ampla revolução cultural - a escola também terá um processo lento de destruição até ser completamente integrada processo produtivo.

Essa fase de transição será definida pelo próprio evoluir da luta de classes, mas terá por outro lado de ser totalmente controlada pelos órgãos do Poder pular então criados e virada exclusivamente para as necessidades de construção do Socialismo.

5. As palavras de ordem que o MES lança para as movimentações estudantis, vão assim no sentido daquela perspectiva estratégica. Elas passam ainda pela análise que fazemos da importância política dos diversos aparelhos escolares e das características próprias do grupo estudantil.

Da análise feita dos 4 aparelhos percebe-se facilmente que a importância de cada um não é a mesma. Ela não tem a mesma natureza para a burguesia, e consequentemente, para quem se lhe opõe: - Do ponto de vista (económico) do processo de exploração capitalista, os aparelhos mais importantes são o primário e o superior: primário porque produz a grande massa dos explorados; superior porque produz os quadros de direcção. - Do ponto de vista da luta política, e com as transformações do processo político em Portugal, parece ser claro que os aparelhos principais tenderão a ser o 2º e o 3º (técnico e secundário): o técnico porque é nele que assenta em grande parte a existência de divisões difíceis de superar no interior da própria classe operária; o secundário porque é nele que se cimenta a aliança com largas massas pequeno-burguesas, necessárias ao exercício do poder político da classe dominante.

6. No contexto da luta de classes como o que vivemos neste momento no nosso país (1), assumindo a subalternidade histórica da luta de classes nos aparelhos es

(1) A análise da actual situação política está já suficientemente aprofundada, nos outros textos do Movimento.

colares e verificando a ausência ao longo de todo o processo aberto desde o 25 de Abril de um eixo objectivo de luta que unifique os estudantes e professores revolucionários para o campo da classe operária e todos os explorados e oprimidos (eixo que antigamente era assegurado pela guerra colonial), e face ao avanço das forças reaccionárias ao nível das escolas, tentamos assim contribuir para uma definição mais rigorosa dos objectivos da luta revolucionária nas escolas, que se unifique à luta dos trabalhadores.

Assim:

- definimos como objectivo estratégico (sociedade comunista) a extinção da Escola, através da sua integração no processo produtivo, o fim da sua função de difusão da ideologia dominante e de reprodução da divisão do trabalho manual e intelectual e das hierarquias sociais.
- definimos como objectivos tácticos (fase de construção do socialismo) o controle popular sobre os aparelhos escolares bem como a sua transformação generalizada, até atingir a sua fase última (objectivo estratégico)

III - CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DA ESCOLA NA FASE DE CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

7. Como já definimos, neste momento o nosso projecto táctico é a proposta de transformação das escolas inserida no processo da Revolução Socialista. Isto faz com que seja necessário definir os objectivos de transformação, numa fase de transição dos aparelhos escolares. Fase de transição essa que se define por 4 prioridades imediatas:

- a) a necessidade de produzir conhecimentos necessários ao projecto de dominação dos trabalhadores;
- b) a necessidade de dar combate à ideologia burguesa;
- c) a necessidade de assegurar o processo de combate à divisão entre o trabalho manual e intelectual;
- d) a necessidade de continuação da existência de técnicos, de elementos especializados.

Sintetizando, trata-se de compreender que a transformação social, necessita neste campo, de saber articular relações sociais próprias do M.P.C. com a construção dum tipo de relações sociais socialistas. No entanto é fundamental assegurar que neste processo de articulação seja predominante o segundo tipo de relações. O que significa que são as forças revolucionárias que têm de conduzir, objectivamente esta fase de transição.

8. A necessidade de manutenção de algumas características do Modo de Produção Capitalista, no funcionamento das escolas, define-se nos seguintes níveis:

O elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas em sistema capitalista, produziu uma grande complexidade não só no esquema de divisão entre o trabalho manual e intelectual, mas também no sistema de divisão do trabalho intelectual, com uma parcelização sofisticada do saber, e com grande desenvolvimento dos graus de especialização. Ora, a Revolução Socialista é um avanço no processo histórico e não um retrocesso, portanto não pode negar estes dados, mas sim superá-los, quantitativamente e qualitativamente. E como é óbvio, essa superação é um processo longo e não um salto no vazio.

9. É neste momento que surge esta questão fundamental, a questão dos técnicos. Também aqui convém combater a posição reformista e a posição esquerdista - uma defende a formação racionalizada do "técnico capaz" ao serviço dos trabalhadores; outra defende a posição "anti-técnico".

Para nós esta é também uma falsa opção pois que, nos parece evidente, que a superação da hierarquia da divisão do trabalho manual e intelectual, não é algo que se possa atingir dum salto, mas também não é algo que se possa eternizar. Esta superação atinge-se a dois níveis - por um lado por um enquadramento político, ideológico, e pelo controle popular sobre a formação dos técnicos - por outro lado, pela introdução constante de medidas tendentes a ligar os estudantes ao trabalho produtivo e o trabalhador ao saber sistematizado.

Importa ainda salientar que o processo de hierarquização do trabalho "nascer" na escola se projecta fora dela - na fábrica - e portanto também lá tem de ser combatido.

IV - Os OBJECTIVOS TACTICOS DO M.E.S. PARA AS ESCOLAS

Referidos estes aspectos, vejamos agora quais são as medidas fundamentais a impôr, e os processos de trabalho a implantar de forma a que as transformações socialistas se corporizem, e a dinâmica revolucionária possa progressivamente invadir todos os aspectos do processo de aprendizagem.

CONTROLE POPULAR SOBRE OS APARELHOS ESCOLARES

10. O controle popular sobre os aparelhos escolares como via para a sua transformação socialista assenta fundamentalmente na intervenção exterior das forças do Poder Popular e do avanço no golbal do processo revolucionário, intervenção exterior que se rá articulada com a hegemonia na Escola dos elementos revolucionários enquadrado numa política de Governo Revolucionário e de Revolução Cultural.

11. Face a esta questão duas posições e perspectivas importa combater: aquela que acredita na transformação "democrática" das Escolas, e não admite o objectivo estratégico da destruição do Aparelho de Estado capitalista e que sobrevaloriza a questão dos "técnicos socialistas" (Reforma Geral e Democrática do Ensino); e aquela que tem do processo de transformação das Escolas, uma ideia linear e golpista que tudo resolve no momento seguinte à tomada do Poder, e que antes e depois de 25 de Abril nunca definiu objectivos intermédios de luta que tem uma perspectiva meramente partidária e sectária do controle popular sobre as escolas, como aliás o tem em relação aos órgãos do Poder Operário e Popular.

12. O controle popular sobre o ensino é o suporte fundamental para a transformação completa deste sector. Vários níveis se podem detectar neste controle:

- aquele que nasce da ligação às Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, Conselhos de Aldeia e Assembleias Populares Locais;
- aquele que nasce do alargamento e unificação nacional do Poder Popular - a Assembleia Nacional Popular - e que, por conseguinte, terá de ser o organizador dos mecanismos de aprendizagem na fase de construção do Socialismo;
- aquele que nasce dum política revolucionária corporizado pelo Governo de Unidade Revolucionária garante político de transformação da sociedade portuguesa e deste sector em particular.

13. O caminho desde já possível para se atingir o CONTROLE POPULAR (que só é possível com a tomada do Poder Político por um Governo Revolucionário) passa por objectivos imediatos de que importa lançar os fundamentos e que se definem como: A UTILIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA PELAS MASSAS DOS CENTROS DE SABER e A ALTERAÇÃO DA PRÁTICA SOCIAL DA MASSA ESTUDANTIL.

A UTILIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA PELAS MASSAS DOS CENTROS DE SABER

14. Consiste:

- na ligação da Escola à comunidade e consequente prestação de serviços como forma determinante da inserção dos estudantes e professores no processo de transformação social, pelo fim à distinção entre o trabalho manual e intelectual;
- na participação da Escola em processos sociais determinantes (controle operário e reforma agrária);
- cursos para trabalhadores;
- alfabetização, animação cultural;
- apoio a lutas concretas dos trabalhadores (greves, ocupações, assembleias populares, etc.).

15. A alteração da prática social da massa estudantil advem da natureza do plano de estudos que integre as actividades acima descritas e das formas organizativas da Escola que os tornem eficazes e sistematizados (através do Departamento de Extensão ^{Escolar}).

A prática social não se pode nunca alterar por um acto de vontade e no caso das Escolas terá de se basear sempre no Poder Político Revolucionário e na ligação ao funcionamento da Escola.

16. O Plano de Estudos deve pois preencher as seguintes condições:

- a) Tratar a questão da aprendizagem e do seu método. Onde se levanta a necessidade da introdução a todos os níveis, da prática e da análise marxista e da sua metodologia e a necessidade de uma redefinição da articulação entre os conhecimentos globais e especializados. Onde se levanta a necessidade de planificar esse estudo ao longo do curriculum escolar.
- b) Tratar a questão decorrente da primeira que se pode definir como a ligação da Escola ao processo de transformação social e desde logo convem fazer a distinção entre o que deve ser essa ligação no futuro, ou seja no processo de construção do Socialismo e o que pode ser essa ligação actualmente, pois que não restam dúvidas, que nesta fase o realismo das propostas é algo de fundamental. Seria extremamente difícil conseguir esta ligação, neste momento, como a prática generalizada do trabalho produtivo por parte dos estudantes por periodos ou em tempo parcial, o que leva a definir esquemas mais relacionados de ligação entre a Escola e o trabalho. Esses esquemas poderão ser - a mobilização geral de sectores do aparelho educativo (todas as universidades ou alguns sectores universitários) em tarefas revolucionárias (alfabetização, por exemplo) com a participação das Escolas e dos estudantes na agitação e animação cultural de política das zonas onde estão inseridos; - a participação localizada de determinados cursos em processos sociais importantes (reforma agrária, controle operário).
- c) A terceira questão, que só será realizável conjuntamente com as anteriores, situa-se no campo da dinamização política e organizativa das massas estudantis, de forma a que elas formem as estruturas revolucionárias, que possam funcionar como as interlocutoras da Escola face às estruturas de Poder Popular.

A quarta, quinta e sexta linha de transformação dos aparelhos escolares, só poderão ser concretizadas durante a vigência do GUR.

EXÉRCITO POPULAR REVOLUCIONÁRIO

17. A participação das massas estudantis no Exército Popular Revolucionário, far-se-á submetida à hierarquia e disciplina revolucionária como forma de educação

socialista e centrar-se-á à volta de três palavras de ordem: ESTUDAR/PRODUZIR/COM-
BATER.

ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO SOCIAL

18. A alteração da composição social será efectuada por parte dos órgãos de Poder Operário e Popular; pelos seus órgãos de coordenação e simultaneamente por uma política de privilégio no acesso à Escola (e principalmente à universidade) das classes trabalhadoras e dos seus filhos. Por outro lado a alteração da composição social será resultado directo da reconversão e construção da Economia Socialista, do aparecimento de novas necessidades.

PROCESSO DA REVOLUÇÃO CULTURAL (1)

19. A participação das Escolas no processo da ^{Cultural} Revolução será fundamentalmente dirigido a um Programa Nacional de Alfabetização e de Dinamização Cultural.

OS OBJECTIVOS TÁCTICOS E A SUA APLICAÇÃO DISTINTA NOS VÁRIOS ESCALÕES DO ENSINO

20. O aparelho secundário, especialmente depois da unificação, ganha uma importância renovada, quer pela situação geográfica da escola (espalhadas um pouco por toda a parte), quer pelo mais amplo leque de origem social que abrange e portanto, também pelo futuro social "normal" da maioria dos estudantes do ensino secundário, quer pela repercussão imediata que os conflitos aí gerados produzem, fundamentalmente na pequena burguesia.

Por estas razões é também aí que a luta pelos objectivos tácticos, referidos atrás assume a sua máxima importância. Salientemos, apenas como pontos de partida para um desenvolvimento futuro, a importância da aplicação urgente de alguns aos pontos referidos atrás como sejam:

- o correcto estudo do marxismo;
- o reforço da luta política e ideológica, com particular incidência para as questões da juventude (droga por exemplo);
- a localização de grande número de liceus e escolas técnicas em zonas operárias e populares, torna-as um local privilegiado para se avançar no sentido da sua utilização pelas massas populares.

Por outro lado, e por razões óbvias, nestes sectores torna-se inviável e mesmo perigoso o avanço da "paralisação activa e temporária" das escolas.

(1) O desenvolvimento deste ponto deverá ter em conta a discussão realizada na 12ª Secção da A.N.M. - A Revolução Cultural.

21. O aparelho universitário enfrenta-se com uma situação que sendo caracterizada genericamente, de uma forma semelhante ao ensino secundário, quanto à correlação de forças políticas e ao estado organizativo, tem no entanto características próprias que derivam quer da sua estratificação social, quer da sua ligação específica entre a Escola e o meio, quer ainda da sua função social. No entanto o aspecto determinante desta fase, para o plano tático a definir, situa-se na necessidade de definir claramente um plano de actuação imediata que passe pela ultrapassagem do actual impasse a nível de funcionamento, apontando uma perspectiva unificadora.

(24)

CD25A-UC

(P)

22 - Passemos agora a tentar apontar brevemente, algumas pistas para desenvolvimento, no que toca às nossas tarefas imediatas.

Uma questão fundamental diz respeito à organização dos sectores progressistas nas escolas e fundamentalmente à unificação do estreito sector de estudantes e professores revolucionários. Só essa unificação permite alcançar a base de apoio necessária à realização do nosso projecto, quer a nível da neutralização da direita e do "crisismo" pequeno burguês, quer ao nível da hegemonização dos mais amplos sectores hesitantes e adormecidos, quer ao nível da construção do suporte organizativo de resposta às exigências do Poder Popular.

E como se constrói essa unificação?

- Reforçando a difusão das perspectivas políticas globais da nossa alternativa.
- Mantendo uma actividade de agitação constante, de modo a que possamos combater também no seu próprio terreno as perspectivas esquerdistas e M.R.P.Pescas.
- Desenvolvendo os contactos com as estruturas de poder popular a dois níveis:
 - pela realização de acções conjuntas quer dentro, quer fora das escolas.
 - pela colocação do trabalho dos estudantes e professores progressistas nas escolas, ao serviço das necessidades destas estruturas (ex: a ligação dos cursos de investigação à problemática dos sectores industriais).

23. Mas o desenvolvimento deste tipo de tarefas só se torna possível se os nossos militantes, tiverem a clara consciência de que os grandes projectos não se tiver capacidade e vontade de avançar com as pequenas tarefas de alcance reduzido e de produtividade política ingrata, ou seja se formos capazes de lançar as bases objectivas e subjectivas do nosso projecto da transformação da Escola.

REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO - CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA O AVANÇO DAS NOSSAS POSIÇÕES

24. Esta é uma questão fundamental, e que deve ser analisada à luz do princípio que já definimos anteriormente, "o mínimo de militantes nas escolas, o máximo de energia para o movimento". Temos de facto de compreender que como militantes comunistas não podemos descurar a nossa organização partidária nas escolas, pois só ela torna possível que a linha que aí defendemos, esteja claramente subordinada aos interesses revolucionários pelos quais lutamos.

Torna-se imperioso criar uma organização interna, que não só responda às exigências que o MES como um todo nos faça, mas que também permita responder aos diversos níveis de intervenção nas Escolas - quer no apoio à luta por um ensino marxista nos liceus, quer na direcção do processo do primeiro ano e dos *trnoeos únicos" etc.

Isto pressupõe o aperfeiçoar da nossa organização interna mas também exige a manutenção e reforço de dois princípios fundamentais - a discussão colectiva e a disciplina revolucionária.

FORJAR UM PROGRAMA DE LUTA CONTRA O VI GOVERNO E O MEIC

25. Da análise que fizemos da actual fase da luta de classes e da necessidade de lançar uma poderosa ofensiva de massas que se oponha frontalmente e saia vitoriosa no derrube da contra-revolução instalada nos órgãos de poder (Conselho da Revolução e Governo) que abre caminho à construção de um Programa de Governo de Unidade Revolucionária, apontamos como pontos de luta imediata nas escolas:

- luta pela recusa dos órgãos de gestão como correias de transmissão para gerir e pacificar a crise dos Aparelhos Escolares.
- a luta pela autonomia financeira, que significa a escola ter o controle e os destinos das verbas do seu orçamento anual.
- a luta pela autonomia pedagógica que permita às escolas aprovar programas e métodos de ensino revolucionários, que permita ultrapassar os processos burocráticos de contratação de docentes, que permitam a criação de novas formas de trabalho comum aos estudantes e professores progressistas e revolucionários, juntamente com as massas populares (extensão escolar)
- a luta pelo controle revolucionário da investigação que se definirá pelo oposto ao programa do MEIC (fim da Universidade Nova e Instituto de Alta Cultura: organismos elitistas que fazem dispendiosos simulacros de investigação científica)
- a luta contra o saneamento à esquerda no interior do MEIC e das Escolas
- a luta por programas nacionais de alfabetização e revolução cultural com papel relevante para as massas estudantis.
- a luta pela entrada na Universidade de trabalhadores eleitos em A.G.T.'s e que necessitem de conhecimentos para o avanço do controle da produção e da Reforma Agrária.

SANEAMENTO

26. O afastamento dos elementos contra-revolucionários, política e pedagogicamente, só poderá ser feito ao nível da prática diária nas turmas, cursos e vida da escola através da constante vigilância revolucionária.

PARTICIPAÇÃO NA REESTRUTURAÇÃO DAS ESCOLAS

27. Elaboração de um plano de estudos que opere a ligação permanente do quotidiano escolar com a realidade da formação social portuguesa, e de acordo com as necessidades imediatas do processo revolucionário.

DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO ESCOLAR

28. O departamento de extensão escolar será uma estrutura controlada pelos estudantes e professores progressistas e progressivamente pelos órgãos de Poder Operário e Popular e terá por funções:

- receber, coordenar e dirigir todos os pedidos de estudo que as massas populares solicitem à Escola, classificá-los e enviá-los para os cursos para serem matérias de estudo na "cadeira" central;
- dinamizar e controlar o processo de investigação dos profs., subordinando os Centros de Investigação às necessidades concretas das massas populares e do processo revolucionário e não ao sabor dos interesses "culturalistas" da reconversão capitalista da economia portuguesa;
- preparar cursos para trabalhadores e fazer a ligação com as diversas Comissões de Trabalhadores interessados;
- apoiar materialmente os trabalhos de estudo feitos por estudantes e profs. no exteriores (fábricas, zonas industriais, zonas da Reforma Agrária, etc.);
- colaborar em processos de alfabetização e animação cultural junto do Poder Popular (civis e militares);
- cooperar com as Assembleias Populares Locais;
- preparar colóquios, conferências e edições populares em cooperação com outras escolas do país e do estrangeiro;

O Departamento de Extensão Escolar deverá ser constituído por estudantes representantes dos Cursos e da AE, bem como por professores na base do núcleo.

AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS

29. A Avaliação de Conhecimentos deverá ser efectiva e exercida regularmente pelos companheiros de trabalho (nas Turmas e nos Grupos de Trabalho) e profs. com base na prática do trabalho quotidiano desenvolvido individual e colectivamente (Comitês de Turma).

- Será CONTÍNUA, o que implica a não existência de exames finais, testes, pontos escritos.
- deverá ser GLOBAL, isto é, a aprovação implica a passagem de todo o ano e não parcialmente numa ou noutra cadeira.
- as graduações nos resultados finais deverão ter em conta a luta contra os processos burgueses de classificação da força de trabalho segundo a lógica do mercado e ainda tendo em conta as deliberações sobre o assunto nas outras escolas do País, e a compreensão de que o essencial da luta contra a selectividade e a lógica do mercado de trabalho (critério de admissão ao trabalho) tem de passar necessariamente pela fábrica.

GESTÃO DAS ESCOLAS

30. Os órgãos de Gestão da Escola (Conselhos Directivo e Pedagógico) têm mostrado incapacidade de ligar a Escola ao processo revolucionário.

No entanto, se hegemonizados por elementos progressistas, achamos que contêm aspectos positivos que importa preservar como defesa face à política reaccionária do MEIC. Face a esta questão duas perspectivas há que combater:

- a que recusa e ataca frontalmente os órgãos de Gestão e pensam poder substituí-los voluntaristicamente por comissões de Estudantes Revolucionários eleitos ad-hoc (tipo Faculdade de Direito), que se afastam imediatamente das massas estudantis por estarem desligados das estruturas de funcionamento da Escola, para além de se basearem na concepção incorreta, e já banida pela prática, da "luta de classes entre os estudantes e os professores", segundo a qual os professores (como um todo) representam a burguesia e os estudantes (como um todo) o proletariado, ignorando nomeadamente os profs. progressistas.

- aquela que pretende controlar burocraticamente os órgãos de gestão, colocando em cada um deles um representante da Intersindical como simulacro do controle operário sobre as Escolas, "esquecendo" que só transformando a função social dos aparelhos escolares (o que pressupõe a destruição do aparelho de Estado capitalista e a necessidade de novas relações sociais de produção) poderá haver saltos em direcção ao Socialismo.

Deste modo, a solução que preconizamos assenta no seguinte:

- manter o funcionamento do C.D., hegemonizado pelos estudantes e profs. progressistas (eleito, não em bases corporativas e de mera representação, mas com base em listas e programas) tornando-o um corpo homogéneo de direcção progressista e revolucionária e utilizável como meio de afrontamento institucional à política anti-popular do MEIC e ainda para permitir ao nível interno a existência institucionalizada do único órgão possível de Poder Popular, dentro da Escola que virá a ser o Departamento de Extensão Escolar - na exacta medida em que o processo do Poder Popular possa avançar no controle da função social da Escola e na utilização revolucionária do Saber. Efectivamente, só o Departamento de Extensão Escolar, intimamente ligado ao funcionamento da Escola, poderá ser um órgão de poder revolucionário e anti-institucional.

31. OUTROS ÓRGÃOS DE GESTÃO

Será fundamental que se criem e consolidem estruturas intermédias e parcelares que procurem coordenar e controlar toda a actividade docente e discente ao nível da Escola, conselho de turma, Comissões de Curso.